

Dívida externa Moratória deve reduzir remessa, diz economista

A moratória temporária anunciada pelo presidente Sarney, no último dia 20, "só tem sentido se representar perspectivas de redução das transferências externas e do custo da dívida" — é o que diz um trecho de um estudo do economista Hélio Bontempo, a ser publicado na "Carta de Conjuntura" de fevereiro, do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal.

Bontempo, que é funcionário do Banco Central, assinala que a moratória vivida pelo país no momento aparentemente indica apenas "uma capitalização temporária de encargos (juros)", e, desse modo, a retomada das transferências ao exterior tenderá a representar um impacto recessivo e inflacionário superior ao que se tentou evitar, uma vez que as referidas transferências seriam acrescidas dos atrasados e juros de mora".

O economista, no entanto, diz não acreditar que o governo venha a adotar soluções radicais quanto à dívida externa e os constrangimentos que ela acarreta. E explica por quê: "A ruptura com os nossos atuais parceiros internacionais e a busca da completa independência comercial e financeira do País não parece provável, devido ao comprometimento entre a administração que constitui (a dívida) e a que herdou a dívida".

O economista lembra que a suspensão do pagamento dos juros aos credores privados será benéfica para o déficit do setor público enquanto durar, isso porque 83% da dívida externa estão sob a responsabilidade das autoridades monetária (União e Banco Central), empresas estatais, Estados e Municípios. "Somente o não pagamento, pelas autoridades monetárias, dos seus encargos externos já viabiliza a redução o déficit e, portanto, das pressões inflacionárias. Se adicionarmos a capitalização total dos juros, o conseqüente incremento dos recursos à disposição do governo federal (via aumento da dívida externa) permitiria aumentos inusitados dos investimentos públicos, ou ainda, significativas reduções da dívida interna".

Hélio Bontempo traça um "elo de ligação" entre a dívida externa e o déficit público. O economista escreve que o desequilíbrio externo e doméstico é "propiciado pelo processo de estatização" da dívida em dólares. "Em 1974 — lembra — apenas 20% da dívida externa total líquida eram de responsabilidade do setor público. À medida, porém, que as condições financeiras externas e as relações de troca do país se deterioraram, a dívida externa foi progressivamente transferida ao setor público, que ao final de 1986 detinha cerca de 83% da dívida total líquida".